



## ATUAL

**Duarte Vilar** (Sociólogo, Diretor Executivo da APF)

### **A situação dos direitos e da saúde sexual e reprodutiva em Portugal em 2012 (*extraído do Relatório de Atividades da APF de 2012*)**

#### **A crise social e as suas consequências para a saúde sexual e reprodutiva**

O ano de 2012 foi marcado pelo agravamento de todos os elementos da crise económica e social que afeta o país sobretudo desde 2011, nomeadamente os cortes nas áreas sociais – Saúde, Educação e Ação Social - o aumento em flecha do desemprego e consequentemente das situações de pobreza, e o empobrecimento geral da população.

Estima-se que, hoje em dia, mais de um terço da população portuguesa viva em situação de pobreza, quando há uma década este número se situava em torno dos 20%.

#### **Impacto na fecundidade, IVG e trabalho sexual**

Uma primeira consequência desta situação foi a queda da natalidade para os valores mais baixos de sempre, com uma descida de cerca de 10% em relação a 2010 e cerca de 7% em relação a 2011. De facto, num contexto marcado pela incerteza e por níveis muito alto de desemprego nos jovens, a decisão de ter filhos é cada vez mais difícil.

No entanto, os últimos dados da IVG relativos a 2011 e publicados pela Direção Geral da Saúde em 2012, indicam apenas uma subida ligeira (0,8%) em relação ao ano anterior, o que demonstra que continua a existir um elevado uso de contraceção como forma mais importante de controlo da fecundidade e de prevenção de gravidezes não planeadas e não desejadas.

Sublinhamos, mesmo assim, o facto de, estes dados indicarem também subidas significativas nas mulheres desempregadas e nas mulheres empregadas e qualificadas. Cerca de 18,3% das IVG ocorreram em mulheres imigrantes. Mais de um terço ocorreu em mulheres jovens com menos de 24 anos. As duas regiões com maiores taxas de IVG são a Região de Lisboa e Vale do Tejo e a Região do Algarve.

Aguardam-se os dados da IVG em 2012 para verificar se esta tendência se mantém, ou se a queda abrupta da natalidade se terá refletido num aumento do número de abortos provocados.

Um outro fenómeno que tem vindo a ser referido pelas organizações que atuam no terreno é o aumento de mulheres e homens que se prostituem, como forma de obter alguns rendimentos, o que, eventualmente, se poderá vir a refletir num aumento de IST, incluindo o aumento do número de infeções por HIV/SIDA.

#### **Cortes no apoio financeiro ao sector social**



Outra das consequências da situação global descrita foi a não abertura de novos concursos do Ministério da Saúde para apoio financeiro às entidades sem fins lucrativos, para projetos na área da promoção da Saúde. O último concurso para apoio financeiro às instituições sem fins lucrativos na área da saúde, foi em Maio de 2011.

Assim, até 31 de Dezembro de 2012 chegaram ao fim 63 dos 183 projetos apoiados pelo Ministério da Saúde sem que tenha havido qualquer hipótese de continuidade das atividades e serviços prestados n.

A manter-se esta situação, está em perigo a continuação das atividades de promoção da saúde realizadas com o apoio financeiro do Ministério da Saúde e, nalguns casos, estará em perigo a própria existência de algumas organizações deste sector.

### **Políticas de Saúde Sexual e Reprodutiva**

Comentaremos agora o que se passou no âmbito das políticas que afetam diretamente as nossas áreas de intervenção, ou seja, os chamados direitos sexuais e reprodutivos.

A única alteração de políticas com impacto direto nos direitos sexuais e reprodutivos foi a alteração, pelo Ministério da Educação, da matriz curricular dos ensinos básico e secundário, com a extinção das chamadas áreas curriculares não disciplinares, nomeadamente a Formação Cívica e a Área de Projeto.

Com efeito, a Lei 60/2009 definia estas duas áreas curriculares como os espaços privilegiados para o desenvolvimento de programas e atividades de educação sexual nas escolas e, por isso, a sua extinção veio criar mais barreiras à efetiva implementação daquela legislação, embora um novo despacho do Ministério da Educação tenha estabelecido um crédito de horas curriculares que as escolas poderão utilizar na promoção de atividades muito diversas, entre as quais, eventualmente, atividades de educação sexual.

Referiremos, por último, a extinção, em 2012, da Coordenação Nacional para o Controlo da Infeção do VIH/SIDA, a entidade central do Ministério da Saúde no combate ao VIH/SIDA. No entanto, esta extinção correspondeu de facto a um processo de integração deste serviço na Direção Geral da Saúde, na qual continuou a funcionar como um dos programas específicos do Plano Nacional de Saúde.